

**HABEAS CORPUS Nº 514.470 - SP (2019/0163659-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : NARCISO FUSER E OUTRO  
**ADVOGADOS** : NARCISO FUSER - SP091824  
RODRIGO OLIVEIRA FUSER - SP279169  
EVERSON OLIVEIRA FUSER - SP286539  
FRANKLIN OLIVEIRA FUSER - SP375868  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ELIZABETE SOARES DOS SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ELIZABETE SOARES DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0103276-72.2015.8.26.0050).

Extraí-se dos autos que a paciente foi condenada em 26/4/2017 à pena de 24 anos de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 29, *caput*, do Código Penal. Foi-lhe negado o direito de apelar em liberdade.

Segundo consta, a paciente e outras quatro rés tinham em depósito e guardavam, para fins de tráfico, 1,706kg (um quilo e setecentos e seis gramas) de *crack* e 2,550kg (dois quilos e quinhentos e cinquenta gramas) de maconha.

Irresignada, foi interposto recurso de apelação, no qual, segundo narra a defesa, foi dada vista ao Ministério Público estadual para elaboração de parecer desde 2/10/2018, contudo até a presente data não retornou para que seja julgado pelo órgão colegiado.

No presente *writ*, sustenta o impetrante a ocorrência de excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação, especialmente por encontrar-se a paciente enclausurada.

Requer a defesa "*a concessão da ordem a fim de que se determine que o recurso de Apelação apresentação das contrarrazões pelo Ministério Público,*

# Superior Tribunal de Justiça

*referente a acusada: Valéria para após encaminhar o Recurso de Apelação para julgamento na primeira sessão de julgamento possível, como medida de JUSTIÇA!"* (e-STJ fl. 10).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 109/111).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, com recomendação, em parecer a seguir ementado (e-STJ fl. 157):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO WRIT. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RECURSO DE APELAÇÃO DA DEFESA PENDENTE DE JULGAMENTO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS; SE CONHECIDO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM COM RECOMENDAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO.

É o relatório.

O objeto da presente impetração cinge-se à verificação do excesso de prazo para o julgamento da apelação.

Razão, contudo, não assiste à defesa.

Insta consignar, por necessário, que a aferição da existência do excesso de prazo tanto para a prisão quanto para o julgamento da apelação impõe a observância ao preceito inserto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Não obstante, a aferição da violação à garantia constitucional acima referida não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas

também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.

No caso em exame, tenho para mim que não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

As informações trazidas pelo Tribunal de origem em 27/6/2019 dão conta de que *"Os autos foram recebidos nesta Casa aos 13 de março de 2018, sendo juntadas as razões de apelação da Defesa da paciente em 01 de outubro seguinte e diligenciados ao Juízo de primeira instância aos 02 de outubro subsequente para oferecimento de contrarrazões pelo Parquet, aguardando-se a devolução dos autos solicitados por esta Corte ao Juízo a quo aos 23 de abril transato"* (e-STJ fl. 116).

Desse modo, não há que falar em excesso de prazo, pois o processo vem tendo regular andamento na origem.

Ademais, cumpre lembrar que esta Corte tem reiterada jurisprudência de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o *quantum* de pena aplicada na sentença condenatória.

Na presente hipótese, o paciente foi condenado a uma pena total de 24 (vinte e quatro) anos de reclusão. Dessarte, malgrado um atraso, ainda se reputa dentro dos limites da razoabilidade, portanto, o prazo de 20 (vinte) meses desde o ajuizamento do recurso de apelação até a presente data.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesadas as particularidades da causa.

2. Na espécie, não se constata o alegado constrangimento ilegal, pois o decurso de aproximadamente 8 meses desde o registro e autuação

do recurso no Tribunal de origem (recebimento da irresignação pela segunda instância em 28/7/2016) sem o seu julgamento não extrapola os limites da razoabilidade e está justificado na complexidade do feito, pois só a sentença apelada conta com mais de 60 folhas, sendo que, consoante se extrai dos autos e do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, todos os 5 réus recorreram e o Ministério Público já ofertou, em 6/12/2016, parecer, indo os autos à conclusão nessa mesma data. Ademais, é cediço que eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido confrontando a quantidade de pena imposta na sentença condenatória, a qual, no caso, foi de 12 anos e 8 meses de reclusão, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, o que reforça a conclusão de que não há, na hipótese, desídia a ser atribuída ao órgão jurisdicional.

3. Ordem denegada. (HC 374.706/MS, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017.)

HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PACIENTE CONDENADO À PENA TOTAL DE 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. REGIME FECHADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO. DIVERSOS APELANTES. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. Eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória (HC n. 234.713/CE, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, julgado em 12/6/2012, DJe 28/6/2012).

3. Considerando que a pena total a que foi condenado o paciente é de 25 anos e 8 meses de reclusão, bem como a complexidade da causa, que conta com 4 (quatro) réus, alguns foragidos, com defensores diversos, inexistente flagrante excesso de prazo no julgamento dos recursos, pois não demonstrado que, em razão da demora no julgamento das apelações, o paciente encontra-se impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória.

4. Ordem denegada. (HC 389.662/MG, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017.)

Ante todo o exposto, **denego a ordem**, com recomendação à 8ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que imprima julgamento célere à Apelação n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

0103276-72.2015.8.26.0050.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator